



Romeu Zema (Novo), governador de Minas Gerais, em evento no Insper, em São Paulo

Moraes dá 5 dias para Zema explicar fala sobre vacinas

Governador de MG disse que não vai cobrar cartão de imunização em escolas

Leonardo Augusto

[illegible]

O vídeo foi publicado em 4

Quatro dias depois, ao participar de anúncio de investimentos do governo federal em Minas, ao lado do presidente

“Aqui em Minas,

independente de ter ou não vacinado, terá acesso às escolas

Romeu Zema (Novo)
governador de MG, em vídeo publicado em redes sociais

Zanin suspende decretos em SC que dispensam certificado de imunização

Cristina Camargo

SÃO PAULO O ministro Cristiano Zanin, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu na noite de quinta-feira (15) decretos e atos normativos de 20 municípios de Santa Catarina que dispensavam a apresentação de comprovante contra a Covid para matrícula de alunos na rede municipal de ensino. O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), afirmou que nenhuma escola do estado vai recusar matrículas de alunos por falta de vacina.

"Aqui em Santa Catarina a vacina não é obrigatória. Fica na consciência de cada catarinense exercer o seu direito de cidadania e resolver sozinho isso", disse.

O pedido de liminar foi apresentado pelo PSOL e concedido pelo ministro. Entre os municípios que publicaram decretos com esse objetivo estão Blumenau, Joinville, Camboriú, Criciúma e Brusque.

“É importante ressaltar que não se trata de questão eminentemente individual, que estaria afeta à decisão de cada unidade familiar, mas sim do dever geral de proteção que cabe a todos, especialmente ao Estado”, afirmou Zanin na decisão.

O ministro destacou que todos os brasileiros têm direito a um ambiente seguro e isso está acima de eventuais pretensões individuais de não tomar a vacina.

Segundo a decisão provisória do STF, os municípios não podem contrariar a obrigatoriedade de uma vacina incluída no Plano Nacional de Imunização, “sob pena de desrespeito à distribuição de competências legislativas”. Além disso, o Supremo já havia decidido a favor da obrigatoriedade da vacina contra a Covid, em julgamento com repercussão geral, ou seja, que ultrapassou os interesses específicos da

Na ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), o PSOL afirma que a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) atesta a segurança da vacina para crianças e que o Ministério da Saúde a incluiu no calendário nacional de vacinação. Desta forma, a imunização passou a ser obrigatória nos termos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

O partido alega ainda que os decretos e atos normativos colocam em risco a saúde das crianças, dos adolescentes e de toda a sociedade, pois a eficácia de uma vacina depende do percentual de pessoas imunizadas.

“É importante ressaltar que não se trata de questão eminentemente individual, que estaria afeta à decisão de cada unidade familiar, mas sim do dever geral de proteção que cabe a todos, especialmente ao Estado

Cristiano Zanin
ministro do Supremo Tribunal
Federal, em decisão liminar
sobre vacinação em SC

[illegible]